6

Conclusão

Nosso estudo situa-se no campo das relações das tecnologias de poder com a produção de modos de subjetivação. De um ponto de vista abstrato e geral, seguimos os movimentos que conduziram Foucault na abordagem das diversas configurações e regimes de poder e suas transformações desde o século XVI. Acompanhamos suas pesquisas desde a crítica da teoria da soberania e da concepção jurídico-política do poder, por meio da análise do poder soberano. Passamos, então, à proposição do método genealógico, para, em seguida, acompanhar a construção da analítica do poder, como nova forma de apreendê-lo, o que resultou na noção de poder entendida como relações de forças.

Foi, portanto, a partir da perspectiva da analítica do poder que investigamos, neste trabalho, as transformações do poder soberano, a instauração da sociedade disciplinar e seus mecanismos e a emergência da biopolítica e dos dispositivos de segurança, articulados com a noção de população e a economia política liberal.

Em “Segurança e população”, última parte deste estudo, nós nos debruçamos sobre alguns temas foucaultianos interligados por um fio comum: a relação entre a emergência e o funcionamento dos dispositivos de segurança e sua articulação com a noção de população. Apresentamos, então, algumas indicações de deslocamentos no pensamento de Foucault, por exemplo, com relação à noção de população, vimos a mudança de ênfase do biológico para o natural e, correlativamente, da biopolítica para a “governamentalidade”.

Esse último capítulo, teve como fontes de pesquisa, alguns artigos e entrevistas publicados nos *Dits et Écrits*, o curso de 1979, *La Naissance de la Biopolitique*, mas sobretudo o curso de 1978, *Sécurité, Territoire, Population*. Esse fato não é indiferente, na medida que não é um livro ou trabalho escrito e publicado que nos serviu de referência, mas um texto estabelecido, transcrito a partir de um pronunciamento oral, de uma investigação viva, que seguia seu curso, enfim, de um pensamento em movimento. O que vemos nos cursos de Foucault, é um pen-

samento em construção, que comporta, portanto, recuos, desvios, mudanças de rumo, invenção de conceitos, etc. Se, por um lado, isso torna mais árdua a pesquisa, por outro, abre novas possibilidades, considerando que muitas direções são deixadas em aberto, conceitos são propostos, indicados, mas ainda não desenvolvidos, enfim, estamos diante de uma “caixa de ferramentas”, algumas das quais nem mesmo reconhecemos ainda.

O que encontramos nos cursos *Sécurité, Territoire, Population*, e *La Naissance de la Biopolitique*, que constituem as principais referências de nossa pesquisa, é uma grande operação de deslocamento. O que se esperava deles enquanto continuidade dos trabalhos de 1976 (*Em defesa da sociedade* e *A vontade de saber*) é que tivessem como objeto a gênese do biopoder e o nascimento da biopolítica. Nas investigações de Foucault, a noção de biopolítica está constantemente presente como um programa de trabalho, como pano de fundo. Ela foi anunciada no início de *Sécurité, Territoire, Population* e proposta outra vez no título de *La Naissance de la Biopolitique*, mas é também uma noção sempre prometida e adiada, deixada para mais tarde. Mesmo não encontrando nesses cursos o que realmente se refere ao nascimento da biopolítica, foi, no entanto, a análise daquela que, permanecendo no horizonte das pesquisas de Foucault, tornou necessário o desvio para o estudo do liberalismo e possibilitou a elaboração de noções muito precisas, concretas, situáveis historicamente, tais como, governamentalidade, segurança, conduta e liberdade.

Sécurité e *La Naissance* são, de alguma forma, a continuação um do outro, e poderiam ser englobados sob o título de “A história da governamentalidade”, proposto pelo próprio Foucault no início da aula de 1º de fevereiro de 1978. Na ocasião, ele define a governamentalidade como um novo campo de pesquisa, envolvendo o estudo da racionalidade governamental ou a arte de governar.

Tendo como perspectiva metodológica a analítica do poder, Foucault abordou o tema do governo, no âmbito de seu exercício e de suas práticas e a racionalidade governamental, entendida como reflexão sobre a natureza e a atividade do governo. O que ele persegue é, então, a construção de uma história a partir de uma perspectiva diferente da história tradicional das idéias e das instituições políticas. A história da gênese do Estado moderno proposta por ele não se sustenta nas teorias jurídicas ou filosóficas da soberania, nem, tampouco, no ponto de vista das instituições, do poder público ou do jogo das forças econômicas. A grade de aná-

lise utilizada não exclui as outras, mas consolida a abertura do novo campo mencionado ou das tecnologias de governo. Dessa forma, a questão do Estado ingressa no domínio de análise dos micropoderes (Senellart, 2004, *apud* Foucault, 2004a, p. 406).

O projeto proposto de uma história da governamentalidade, na aula de 1º de fevereiro de 1978, resultou no percurso de cinco domínios históricos distintos; o tema do pastorato na Antiguidade, e sua relação com a noção de governo; a pastoral cristã ou o poder pastoral como forma de governo dos homens; as doutrinas de governo na Europa a partir do século XVI, associadas com o conceito de razão de Estado e o de polícia; a emergência do liberalismo no século XVIII, como uma modalidade da arte de governar; e, por fim, o pensamento neoliberal do pós-guerra, como uma reflexão sobre a racionalidade governamental.

As periodizações inusitadas e os campos de certa forma descontínuos, investigados por Foucault nesses cursos, são atravessados por uma linha que os une. O que vemos em todos os cinco casos é o desenvolvimento de uma racionalidade, de uma prática de governo nas sociedades ocidentais, que se desenha e se organiza em torno do governo de todos e de cada um, uma prática de governo que totaliza e individualiza ao mesmo tempo (Foucault, 1981/2001).

Alguns desses temas e os conceitos deles derivados são interligados por um feixe de relações, e não foram abordados nessa dissertação. São temas que deixamos em aberto, mas que podem ser objeto de uma investigação futura. Entre eles, temos: a pastoral cristã, a noção de conduta, a governamentalidade, o conceito de risco e o problema da liberdade. O percurso que fizemos nos conduziu até a instauração da “sociedade de segurança” ou de controle. Acreditamos que uma reflexão mais detalhada ou profunda acerca desses temas e conceitos seja fundamental para investigar os modos de produção de subjetividade na sociedade contemporânea. Assim sendo, além de concluir, nos propomos também a levantar questões e indicar direções que possibilitem sustentar uma nova investigação.

O tema da pastoral envolve diretamente a noção de conduta e de governamentalidade. No decorrer do curso de 1978, Foucault retomou algumas questões já trabalhadas em *Os anormais* – entre elas, a arte de governar e a pastoral cristã. Depois de minuciosa investigação das relações entre as artes de governar e a pastoral, ele chega à noção de conduta (aula de 1º de março de 1978).

Acreditamos que essa noção teve profundo impacto no dispositivo teórico que ele elaborava naquele curso e continuou a transformá-lo nos anos seguintes. A noção de conduta pode ser definida como a atividade de quem conduz, podendo a palavra ‘conduta’ ser traduzida, em grego, por *oikonomia psuchôn* (ou economia das almas), ou no latim, por *regimen animarum* (regime das almas) e define bem o pastorato cristão. A conduta é, portanto, um termo que designa o pastorato como forma específica de poder. Mas ‘conduta’, de uma outra perspectiva, é também a atividade daquele que ‘se conduz’, ou, mais precisamente, a atividade daquele que se conduz, frente ao modo como é conduzido ou ao modo como se pretende conduzi-lo.

A noção de conduta permite a descrição de uma modalidade de poder que se exerce pelo acompanhamento, direção e orientação controlada da liberdade. No momento em que Foucault se depara com a noção de conduta, começa a se descortinar de modo mais explícito o domínio da subjetivação em seu pensamento. Afinal, ele mesmo definiria, alguns anos mais tarde, os objetivos de sua pesquisa como sendo os de produzir “uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano na nossa cultura” (Foucault, *apud* Dreyfus e Rabinow, 1984, p. 297). A noção de conduta não implica, necessariamente, uma referência ao sujeito da conduta, não é imprescindível saber quem se conduz, não é necessário atribuir uma identidade àquele que se conduz ou que se deixa conduzir. Foucault observa esse ponto ao comparar a noção de conduta com a de dissidência. A dissidência implica a nomeação de um dissidente, e de certa maneira faz surgir a figura heróica do mesmo. A partir da conduta, podemos muito bem pensar um comportamento que se expresse na maneira de transformar a si mesmo, sem ter que precisar quem é esse ‘si’, sem ter que lhe atribuir um lugar, sem que seja necessário fixá-lo em uma identidade. A noção de conduta permite que Foucault encontre uma subjetividade que não está ancorada em nenhuma substância, permite que ele encontre o *si*, que emerge em seus trabalhos posteriores, como em *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si*.

A noção de conduta vai nitidamente transformar o conceito de “governamentalidade”. De início, em *Sécurité, Territoire, Population*, governamentalidade tinha um sentido preciso, por vezes equivalente à biopolítica, e designava um regime de poder específico, que teria se instaurado no século XVIII, articulado com a questão do Estado. Para situar de forma mais precisa a noção de governamenta-

lidade, tal como ela aparece em 1978, podemos dizer, de forma esquemática, que teríamos tido, no Ocidente, três regimes de economia de poder. Primeiro, uma sociedade de soberania histórica e religiosa, sociedade da lei, ou Estado de justiça, com suas duas formas de universalidade, o Império e a Igreja, que podemos situar ao longo da Idade Média até a época das grandes revoluções científicas do século XVI e da emergência da episteme clássica. Segundo, um Estado administrativo, que corresponderia ao início da formação da sociedade disciplinar, do Estado moderno, entre os séculos XVI e XVIII, sustentado por uma racionalidade governamental autônoma, pela razão de Estado, por uma nova forma política de poder. E, finalmente, um Estado de governo, que podemos situar a partir de meados do século XVIII, que tem como alvo a população e que tem como ciência e técnica de intervenção a economia política – e cujos mecanismos essenciais de controle são os dispositivos de segurança. É esse Estado de governo que caracteriza, para Foucault, a governamentalidade.

A partir do curso de 1979, *La Naissance de la Biopolitique*, a noção de governamentalidade aparece inteiramente reconfigurada e ganha um sentido muito mais abrangente e abstrato. A redefinição da noção aparece na aula de 7 de março da 1979.

“O próprio termo ‘poder’ apenas designa um [domínio] de relações que estão inteiramente abertas à análise, e o que propus chamar governamentalidade, quer dizer a maneira como se conduz a conduta dos homens, não é outra coisa senão uma proposição de grade de análise para essas relações de poder.” (Foucault, 2004b, pp. 191-192)

O conceito deixa de se referir a um regime de poder específico e situado historicamente, para se constituir como grade de análise das relações de poder, entendidas aqui, como “condução de condutas”.

Teria a “hipótese de Nietzsche”,¹⁷ que caracteriza o poder enquanto relações de forças, se deslocado ou perdido seu lugar? Segundo Michel Senellart, não haveria oposição ou substituição de uma grade de análise por outra. Esse deslizamento do “poder” para o “governo” teria ocorrido em função da extensão da aná-

¹⁷ Quando nos afastamos dos modelos econômicos de análise do poder, nos deparamos com duas hipóteses: a primeira, que supõe que o poder se exerce pelo mecanismo da repressão, e a segunda, que postula o combate e o enfrentamento belicoso das forças como fundamentos das relações de poder. À primeira Foucault deu o nome de “hipótese Reich” e à segunda, “hipótese Nietzsche”. A genealogia, desenvolvida por Foucault, se sustenta nesta última hipótese (Foucault, 1976a).

lise das relações de poder para um novo objeto, o Estado (Senellart, 2004, *apud* Foucault, 2004a, p. 399). Não haveria, portanto, ruptura no pensamento de Foucault com relação ao método da analítica do poder.

Num debate de 1980, não publicado, com filósofos, em Berkeley, alguns dias depois das Howison Lectures, Foucault declara não haver incompatibilidade entre as análises do poder em termos de “relações de forças” e em termos de “condução de condutas”: “Meu problema é analisar o que é governo entendido como uma técnica, a qual permite que pessoas conduzam a vida de outras apesar de ou pelo fato mesmo de que há sempre relações de forças entre pessoas na sociedade” (Foucault, 1980b). De qualquer forma, a grade de apreensão do poder parece ter deslocado sua ênfase das relações de forças para a condução de condutas. Tanto é assim que Michel Senellart, em outra passagem da *Situation des Cours*, lembra bem, que a partir do curso de 1980, *Le Gouvernement des Vivants*, o conceito de governamentalidade se separa do problema do Estado, “para se tornar co-extensivo ao campo semântico do ‘governo’” (Senellart, 2004, *apud* Foucault, 2004a, p. 403).

Ainda no contexto desse primeiro conjunto de noções, não desenvolvido na dissertação mas apenas indicado no tópico “A genealogia do biopoder”, temos a relação entre a pastoral cristã e a governamentalidade. O pastorato se desenvolveu e se constituiu como um tipo de poder, um conjunto de técnicas e procedimentos específicos que tem como alvo a conduta dos homens, a maneira como eles se comportam. Enquanto tal, seria o esboço, o precursor da governamentalidade. Se Foucault analisou de forma tão detalhada o poder pastoral, foi para encontrar o pano de fundo da “governamentalização” do Estado, que tem início no século XVI, juntamente com a crise do pastorato. Se por um lado o aprofundamento da crise do pastorato, ao longo dos séculos XVII e XVIII, levou à diminuição da eficácia do poder pastoral nas comunidades cristãs e ao concomitante enfraquecimento da instituição eclesiástica, por outro, as técnicas, procedimentos e mecanismos de exercício do poder pastoral se espalharam pelo campo social, se ampliando e multiplicando fora do âmbito da Igreja. Dessa forma, o Estado moderno, a partir do século XVI – mas principalmente tal como ele se desenvolveu a partir do século XVIII – pode ser considerado herdeiro do poder pastoral.

A sociedade ocidental moderna secularizou as técnicas de poder que tiveram origem nas instituições cristãs. Integrou sob nova forma esse poder individuali-

zante, estendendo-o e desenvolvendo-o fora da instituição eclesiástica. Se o poder pastoral é uma integração das “técnicas de si”, do “cuidado de si”, efetuada pelo cristianismo, e se a biopolítica resulta também da integração secularizada desse poder pastoral, não seria a sociedade de controle, pelo menos em parte, o efeito realizado destas integrações? Se o biopoder se encarrega da vida em toda sua extensão e nos seus mais ínfimos detalhes, não estaríamos sujeitos a formas de “cuidado de si” que surgiram das práticas educativas, médicas, etc., e seus correspondentes saberes formalizados?

O horizonte da nossa pesquisa é marcado pela idéia de que os dispositivos de poder, em especial os de segurança, capturam e integram processos de subjetivação, produzem novos saberes e estão implicados de modo permanente na construção do sujeito contemporâneo. Os trabalhos de Foucault são atravessados por três eixos de investigação, que não são, de modo algum, excludentes, mas mantêm entre si relações complexas: saber, poder e subjetivação. Quando analisa os dois pólos do biopoder (a disciplina e a biopolítica), ele descreve ao mesmo tempo mecanismos de subjetivação, que incluem procedimentos e técnicas cujo exercício produz uma identidade implicada de imediato numa forma de sujeição. Esses mecanismos de subjetivação têm estreita relação com complexos saber/poder, que deles derivam ao mesmo tempo que os produzem. Os processos de subjetivação passam necessariamente, em alguma medida, pelo cuidado de si, por todas as ações e práticas que envolvem a relação a si; certamente, a relação a si, o cuidado de si, as técnicas de si são apreendidas e integradas nas relações de poder e nas relações de saber.

O “saber científico” invade hoje as nossas vidas em todas as áreas, de forma que nossas escolhas em relação às nossas práticas cotidianas e maneiras de cuidar de si são conduzidas para a salvação no sentido moderno. Afinal, o bem-estar, a saúde, o vigor, a capacidade de produzir e consumir, no âmbito individual, como no da população, dependem de hábitos, de informação, da educação e até mesmo do sistema de valores e crenças que permeiam e constituem esses indivíduos e essa população. Desse modo, a alimentação, a higiene, a ocupação e distribuição do tempo, a saúde e a doença, o lazer, o acesso à informação e todas as nossas práticas cotidianas, nosso modo de vida e maneira de cuidar de nós mesmos tornam-se objetos das técnicas de segurança.

A possibilidade de elaborar uma cartografia mais precisa do funcionamento dos mecanismos de segurança ou controle na sociedade contemporânea pode nos conduzir a uma decifração dos procedimentos de subjetivação e das técnicas e mecanismos de poder que os produzem hoje. Com isso talvez fosse possível situar melhor algumas patologias da contemporaneidade, e a emergência de noções como as de perigo e risco, que foram indicadas por Foucault em 1978. A noção de risco é objeto da investigação de vários autores, entre os quais Hacking (1990, 2002), Ericson (2003), Doyle (2003), Garland (2003), Vaz (2002, 2004). Com certeza, é uma noção cada vez mais infiltrada em nossas práticas cotidianas, funcionando como elemento implicado no processo de subjetivação, como fator determinante nas escolhas dos modos de viver e de cuidar de si.

Quando falamos em escolha, introduzimos um elemento importante para pensar as relações de poder na atualidade: a liberdade. O poder, tal como pensado por Foucault, só se exerce sobre sujeitos, individuais ou coletivos, “livres”; a escolha implica, então, um espaço de liberdade, um campo de possibilidades. O poder se encarrega dessa forma da vida em sua totalidade, o exercício do poder passa a ser governar, conduzir condutas, agindo sobre as possibilidades de ação dos indivíduos e populações, o que reforça a idéia de relação de poder como o exercício de uma ação sobre outra.

Com nosso estudo esperamos colaborar para a discussão de temas tão caros à contemporaneidade e abrir novos caminhos para pesquisas futuras.